

## Policy Brief

### Objetivos e resultados

O objetivo do artigo aqui presente foi realizar um estudo comparado entre os processos de aplicação das ações afirmativas de reservas de vagas no ensino superior de Brasil e Colômbia. Estes dois países foram escolhidos pela força de reivindicação de seus respectivos movimentos negros e afrodescendentes, tendo conquistado cada um diferentes políticas de cotas em suas universidades. Para tanto, foi realizado um estudo que comparou o percurso dos dois movimentos até chegar à Conferência sobre Racismo e Xenofobia organizada em 2001 pela Organização das Nações Unidas, ocorrida na cidade Sul-africana de Durban.

A partir dessa conferência, os dois movimentos negros conseguiram força suficiente para pautar suas demandas diante dos processos de seleção para entrada no ensino superior, influenciando várias universidades a relativizar suas visões sobre a meritocracia, fazendo-as adotarem políticas de cotas. Por isso o foco do estudo se concentra nos dez anos seguintes à Durban, período de tempo em que os grupos políticos que presidiram os dois países foram os mesmos respectivamente. No entanto as políticas conquistadas nos dois países diferiram.

Concluiu-se que a maior tradição do Estado brasileiro em coletar dados raciais da população, beneficiou e fortaleceu as demandas do movimento negro que, embasado em mais dados estatísticos e estudos que o movimento negro colombiano dispunha em seu país, logrou conquistar políticas de reservas mais expressivas, muitas vezes variando num percentual de 15% a 60% das vagas disponíveis enquanto que as cotas conquistadas na Colômbia variam entre 1% e 5%. É importante frisar que a pressão internacional de Durban também favoreceu a Colômbia: seu movimento negro pode influenciar a instituição coletora de dados do censo a realizar um melhor trabalho e, pela primeira vez em mais de um século, coletar dados confiáveis sobre a população afro-colombiana.

### Implicações políticas específicas

É importante que todo governo formule suas políticas públicas sempre em diálogo com os movimentos sociais e organizações civis que as demandam. A construção de categorias para pesquisa, deve sempre levar em conta o clamor social. O pouco diálogo das instâncias do governo colombiano com as lideranças dos movimentos negros propiciou que o censo de 1993 fosse um desastre no registro da população afro-colombiana. O diálogo decorrente possibilitou que o erro fosse sanado em 2005.

A sub-representatividade de estratos da população na elite produtora de ciência de um país pode configurar na reprodução de exclusões e racismos. É imprescindível que líderes de estado e instancias diretoras de universidades estejam sempre atentos à importância da representatividade nestes espaços e que estejam abertos às demandas sociais, tendo em vista que a universidade não está apartada dos mecanismos de reprodução de desigualdades, mas faz parte destes mecanismos se privilegia a somente a meritocracia e não olha para a diversidade e equidade.

É imprescindível que estas políticas de equidade, configuradas em direitos, uma vez aplicadas sejam acompanhadas por mecanismos de avaliação que averiguem a efetividade da política e detectem possíveis entraves. No caso da adoção de cotas, o constante acompanhamento dos alunos cotistas sua permanência, desempenho e evasão. A falta desse acompanhamento dificulta aos pesquisadores e observadores dados de análise do alcance das medidas e consecução dos seus objetivos e conseqüentemente proposição de ajustes que possam melhorar a eficiência das políticas.

#### Implicações políticas gerais

O estudo evidencia a importância da coleta de dados raciais sempre cruzados com os critérios medidores de qualidade de vida da população de um país. Só assim será possível a identificação de mecanismos de marginalização racial. Mediante essa constatação, as demandas dos movimentos sociais poderão ecoar com mais força e se configurar em políticas públicas.

Campanhas de combate ao racismo explícito assim como aquelas que possam chamar a atenção para o racismo sutil ajudam na percepção, por parte da população, dessas injustiças. De igual maneira, é imprescindível que mecanismos de exclusão como a falta de assistência estudantil e o racismo epistêmico possam ser detectadas nas universidades de maneira a torná-las instituições não excludentes.

Pedro Vítor Gadelha Mendes é graduado em ciências sociais pela Universidade Federal do Ceará, mestrando em integração latino-americana pelo Prolam/USP e membro da Rede de Pesquisadores de América Latina (RUPAL).

Email: antropetrus@hotmail.com